



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br



Duas derrotas num só dia

O presidente Jair Bolsonaro sofreu duas derrotas ontem, ambas no Supremo Tribunal Federal (STF). Uma foi a decisão acachapante do plenário da Corte em favor de governadores e prefeitos que determinarem o fechamento temporário de templos religiosos para combater a propagação da pandemia da covid-19, durante os períodos de rígido distanciamento social, cujo resultado foi 9 a 2. A outra, a liminar do ministro do STF Luís Roberto Barroso a favor do mandado de segurança dos senadores Alessandro Vieira (SE) e Jorge Kajuru (GO), do Cidadania, determinando a imediata instalação da CPI da Covid-19 pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que vinha empurrando o assunto com a barriga há 65 dias.

CPIs são uma prerrogativa da oposição, desde que tenham número mínimo de subscrições para instalação, o que é o caso. O que muda com a instalação da CPI é que o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga e, principalmente, seu antecessor, o general Eduardo Pazuello, passarão a ter muitas dores de cabeça em razão de tudo o que ocorreu durante a pandemia até agora. Na lógica da oposição, a CPI é a banda de música dos pedidos de impeachment. O negacionismo de Bolsonaro tem um histórico de atitudes e medidas contra a política de isolamento social, mas também contra a compra e produção de vacinas, o uso de máscaras etc. É um prato cheio para a responsabilização criminal pelo elevado número de mortes que vem ocorrendo.

“Bolsonaro anunciou um novo remédio para o tratamento da covid-19, a proxalutamida, medicamento utilizado para tratamento de câncer de próstata e de mama”

Rodrigo Pacheco segurou a instalação da CPI enquanto pôde, pressionado por Bolsonaro e pelo Centrão, mas contrariou os setores da oposição, inclusive os que o apoiaram. Com seu estilo conciliador e habilidoso, manobrou demais e acabou provocando mais uma intervenção do Supremo no Congresso. Agora, a oposição tem prerrogativas constitucionais e regimentais para fazer uma devassa no Ministério da Saúde. Como a base do governo é majoritária no Senado, o Palácio do Planalto tentará controlar a CPI, mas isso fará com que o cacife dos partidos de Centrão aumentem negociações com o presidente da República.

Vacinas

Em sua live semanal, ontem, Bolsonaro voltou a criticar o isolamento social e defendeu “outras medidas” para combater a pandemia do novo coronavírus, como a realização de exercícios físicos. Aproveitou para anunciar um novo remédio para o tratamento da covid-19, a proxalutamida, medicamento utilizado para tratamento de câncer de próstata e de mama. “É uma possibilidade. Um outro possível remédio que estará à disposição de todo o Brasil. Esperamos que dê certo”, disse. Também defendeu o exercício físico, que segundo ele, aumenta em oito vezes a velocidade de recuperação da doença.

Enquanto Bolsonaro flerta com o curandeirismo, a covid-19 continua avançando no Brasil. Registrou 4.249 óbitos e 86.652 novos casos nas últimas 24 horas, segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Com isso, o número de mortos pela doença chegou a 345.025, e o total de casos aumentou para 13.279.857. Na quarta-feira, foram registrados 3.829 óbitos e 92.625 novos casos. Ou seja, a escala da pandemia continua.

Para complicar a situação, há 12 dias o Instituto Butantan não produz novas vacinas por falta de insumos. Ontem, reconheceu que a remessa de matéria-prima da CoronaVac está atrasada, mas anunciou que já foi liberada na China e deverá chegar a São Paulo até 20 de abril. O princípio ativo da vacina era para ter chegado ontem. De acordo com o Butantan, o lote de 3 mil litros de insumos é suficiente para a produção de 5 milhões de doses da vacina. Uma segunda remessa, com mais 3 mil litros, está prevista para chegar até o final do mês. O atraso não vai impactar as entregas previstas ao Ministério da Saúde: 46 milhões até o final de abril. O Butantan já disponibilizou 38,2 milhões de doses ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) e ainda possui cerca de 3,2 milhões de vacinas no controle de qualidade, que devem ser liberadas até o dia 19 de abril.

PODER

Presidente do Senado promete cumprir determinação do ministro Barroso, do STF, que ordenou a instauração do colegiado. Parlamentar, porém, critica a “decisão equivocada”

Pacheco anuncia que instalará CPI da Covid

» RENATO SOUZA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que respeitará a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Covid para investigar eventuais omissões do governo na pandemia. Ele prometeu a leitura do requerimento da instauração na primeira sessão da Casa, na semana que vem, mas criticou a ordem do magistrado.

“A CPI poderá ser um papel de antecipação de discussão político-eleitoral de 2022, de palanque político, que é absolutamente inapropriado para este momento da nação”, afirmou, em entrevista coletiva. “Eu considero que é uma decisão equivocada, que invoca precedentes inadequados para o momento do país. O Brasil, hoje, está num momento de absoluta excepcionalidade, talvez a maior da nossa história. Então, isso foi desconsiderado pela decisão.”

A ordem de Barroso atende a pedido dos senadores Alessandro Vieira (SE) e Jorge Kajuru (GO), ambos do Cidadania. Após a determinação, o ministro liberou o tema para julgamento no plenário da Corte.

Pouco antes de tomar a decisão, Barroso ligou para Pacheco e informou que atenderia ao pedido dos dois senadores. De acordo com interlocutores do magistrado, ele fez o gesto “em respeito ao Senado”. No telefonema, o ministro deixou claro que a Constituição determina a instauração da CPI se as regras forem alcançadas. Na solicitação ao Supremo, os senadores afirmaram que o pedido de CPI tem mais de 30 assinaturas. Mesmo assim, de acordo com os parlamentares, Pacheco não adotou medidas para instalar o colegiado.

Na liminar, Barroso destacou que as CPIs devem ser instauradas sempre que forem atendidos três requisitos: assinatura de um terço dos senadores, indicação do fato que será investigado e fixação de um prazo para duração. Ele avaliou que não cabe omissão do presidente da Casa nem aguardar “conveniência política” para iniciar as apurações. “Trata-se de uma garantia que decorre do Estado democrático de direito e que viabiliza às minorias parlamentares o exercício da imposição democrática”,

Marcos Vieira/CB/D.A Press



Pacheco resistia a instalar a CPI, sob a alegação de que o momento é inoportuno, devido à pandemia

Além da plausibilidade jurídica da pretensão dos impetrantes, o perigo da demora está demonstrado em razão da urgência na apuração de fatos que podem ter agravado os efeitos decorrentes da pandemia da covid-19”

Luís Roberto Barroso, ministro do STF

A CPI poderá ser um papel de antecipação de discussão político-eleitoral de 2022, de palanque político, que é absolutamente inapropriado para este momento da nação”

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado

escreveu Barroso no despacho.

O ministro destacou que o avanço da doença torna urgente avaliar os fatos e as ações estatais. “Além da plausibilidade jurídica da pretensão dos impetrantes, o perigo da demora está demonstrado em razão da urgência na apuração de fatos que podem ter agravado os efeitos decorrentes da pandemia da covid-19”, argumentou. “É relevante destacar que, como reconhece a própria autoridade im-

petrada, a crise sanitária em questão se encontra, atualmente, em seu pior momento, batendo lamentáveis recordes de mortes diárias e de casos de infecção.”

Alessandro Vieira e Jorge Kajuru acusam o presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello de se omitirem na pandemia, ao sabermos com antecedência sobre a falta de oxigênio em Manaus e ao orientar o uso de medicamentos

sem eficácia comprovada contra a covid-19.

“O ministro Barroso reconheceu que é um direito expresso na Constituição. É lamentável que seja necessário buscar o Judiciário para que o Senado cumpra sua missão, e seu presidente instale a CPI, que é essencial para corrigir erros, identificar culpados e colocar o Brasil no rumo certo no combate à covid”, disse Vieira.

O despacho de Barroso esquentou o clima entre Supremo e Executivo, no mesmo dia em que o plenário da Corte autorizou o fechamento de igrejas (leia reportagem abaixo). O Planalto não se pronunciou sobre a determinação do magistrado, mas o ministro das Comunicações, Fábio Faria, usou uma rede social para criticar. “Num momento em que todos pedem união entre os Poderes, nos surpreendem decisões sobre uma CPI que em nada contribuirá para vencer a pandemia. Nossos esforços não deviam estar concentrados em combater a covid-19 e vacinar os brasileiros? É hora de união, não de politização e caos”, escreveu. “Se forem investigar omissões e desvios na pandemia, será uma vitória antecipada do presidente Jair Bolsonaro, que vai comprovar uma atuação responsável e íntegra. Vão atirar no que acham que viram e acertar no que não estão vendo.”

STF dá aval a fechamento de igrejas

Por nove votos a dois, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram que o poder público pode determinar o fechamento de igrejas e demais templos religiosos em todo o país em razão da pandemia da covid-19. Os magistrados entenderam ser constitucional um decreto do governador de São Paulo, João Doria, que proibiu o funcionamento de centros religiosos para evitar aglomerações. Eles seguiram o voto do relator Gilmar Mendes, que destacou que diante do avanço da pandemia, com milhares de mortes por dia, medidas sanitárias relevantes são necessárias para salvar vidas.

A decisão da Corte respalda estados e municípios a tomar providências contra a crise sanitária, que valem, inclusive, para atividades religiosas. No entanto não cria uma obrigação, e o gestor também pode decidir manter o funcionamento.

A polêmica começou após o ministro Kassio Nunes Marques conceder uma liminar, solicitada pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure), que proibiu o fechamento de templos religiosos e autorizou o funcionamento de igrejas durante o feria-

Lula Marques/Agência PT



Parece-me que algumas pessoas não conseguem entender o momento gravíssimo desta pandemia”

Alexandre de Moraes, ministro do STF

do de Páscoa. No começo da semana, Gilmar Mendes tomou uma decisão no sentido oposto, validando o decreto do governo de São Paulo. As determinações conflitantes levaram o caso para avaliação do plenário.

Em seu voto, o ministro Alexandre de Moraes ressaltou que a quantidade diária de mortes é muito grave e que a sociedade deve se comover e reagir. “O mundo ficou chocado quando morreram 3 mil pessoas nas Torres Gêmeas (nos Estados Unidos). Nós estamos com 4 mil mortos por dia. Parece-me que algumas pessoas não

conseguem entender o momento gravíssimo desta pandemia. Ausência de leitos, de insumos, de oxigênio. As pessoas morrendo sufocadas, uma das mais dolorosas mortes”, argumentou.

Contrário ao fechamento de igrejas, Nunes Marques entende que as atividades religiosas devem ser mantidas, com a adoção de medidas sanitárias. “No dia em que proferi a minha decisão, simplesmente 22 unidades da Federação, 22 das 27, possuíam decreto permitindo cultos em igrejas e templos. Quando proferi, tínhamos 19 das capitais permitin-

do cultos em igrejas e templos presenciais”, frisou. “Faço isso, inclusive, em tom de desabafo. Em momento algum, mesmo estando convicto de estar protegendo a Constituição, o fiz remando contra o bom senso dos gestores brasileiros”, alegou.

Além de Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, votaram pelo fechamento dos templos Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello e Luiz Fux. Nunes Marques e Dias Toffoli foram contra. (RS)